



Apontamentos sobre Cooperação entre Brasil – Angola no que se Refere à Segurança Alimentar e Nutricional

Andréa Pires Rocha ¹
José Francisco dos Santos ²

RESUMO:

O presente artigo problematiza a questão do combate a fome no Brasil e em Angola, abordando aspectos da cooperação entre os dois países no que se refere a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Realizamos uma pesquisa documental em relatórios de organizações e agências internacionais como também em acordos oficiais presentes no site do Itamaraty. A discussão está dividida em quatro partes, as quais envolvem o resgate histórico acerca da relação Brasil – Angola no sentido político e econômico; fenômeno da insegurança alimentar nos dois países; a vinculação direta entre a opção por um modelo agrícola e a garantia da SAN; apresentação de iniciativas concretas de cooperação entre Brasil e Angola. Denunciamos enfim o problema da persistência do fenômeno da fome e a necessidade urgente do entendimento do direito a alimentação como um direito humano.

Palavras chave: Brasil; Angola; Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano a Alimentação Adequada; cooperação internacional.

¹ Doutora em Serviço Social pela UNESP - Universidade Estadual Paulista campus Franca. Docente da UEL - Universidade Estadual de Londrina. drea_rocha@yahoo.com.br.

² Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente colaborador na Universidade Estadual de Maringá - UEM. jose.francisco.puc@gmail.com.

O artigo em questão problematiza a questão do combate a fome nos dois países abordando aspectos da cooperação no que se refere a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), demonstrando quando estes princípios são violados e como essa violação atinge os Direitos Humanos de populações inteiras. Para a análise partimos do pressuposto de que o direito à alimentação e o direito à saúde estão vinculados e devem ser vistos a partir da perspectiva dos Direitos Humanos, sendo, portanto, obrigação de todos os Estados-Nação, garantir esses direitos à sua população.

Para o desenvolvimento do debate realizamos uma pesquisa documental em relatórios de organizações e agências oficiais que estão ligadas a questão do combate a insegurança alimentar no Brasil e em Angola. Dentre eles podemos destacar relatórios produzidos pela Centro de Referencia Alimentar – CERSAN conjuntamente com a Comitê de Oxford de Combate à Fome – OXFAM; o relatório intitulado “Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Desafios e Perspectivas” (Lima, et. al 2012); relatórios da FAO, em especial o Estado da Insegurança Alimentar no Brasil (2014) e o *The State of Food Insecurity in the World* (Estado da Insegurança Alimentar Mundial) (2015); como também realizamos pesquisa documental no site oficial do Itamaty, onde levantamos acordos bilaterais entre Brasil e Angola, analisando-os a partir de iniciativas que somam em prol da garantia da SAN.

Na primeira parte do artigo apresentamos o resgate histórico da relação Brasil – Angola no sentido político e econômico, mostrando como o Brasil se comportou diplomaticamente durante o período em que Angola ainda estava sob a égide da dominação portuguesa, como também no período logo após a libertação do país.

Em um segundo momento, desenvolvemos problematizações acerca do fenômeno da insegurança alimentar, trazendo dados que comprovam as violações do direito à alimentação e algumas iniciativas de superação do fenômeno tanto no Brasil, como em Angola, numa perspectiva de refletirmos em quais aspectos o Brasil pode empreender ações de apoio em Angola.

Já na terceira parte, abordamos a vinculação direta entre a opção por um modelo agrícola e o quanto essa escolha influencia a SAN ou a prejudica, trazendo em pauta questões que envolvem o entendimento sobre agricultura familiar e os prejuízos causados pelo agronegócio, colocando novamente os dois países em pauta.

Finalizamos o artigo apresentando algumas iniciativas concretas de cooperação entre os dois países, demonstrando a linha principal de atuação brasileira em Angola e possibilidades de colaboração

entre os dois países. Denunciamos enfim o problema da persistência do fenômeno da fome e a necessidade urgente do entendimento do direito a alimentação como um direito humano.

RELAÇÃO BRASIL – ANGOLA: BREVE RESGATE HISTÓRICO

Para situarmos a relação específica entre Brasil e Angola, faremos um breve resgate histórico acerca da relação entre Brasil e África dita “Lusófona”³, composta por Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, os quais têm a sua história intrinsecamente ligada à história da formação do Brasil. Relações essas que perpassam a questão do tráfico negreiro, conforme Luiz Felipe de Alencastro (2000) aponta, diferentemente do que os compêndios de história de senso comum tentam afirmar, a relação entre Portugal, alguns países do continente africano e Brasil, perpassam relações de submissão e mostrou-se demasiadamente complexa e resultante de múltiplas determinações⁴.

Numa perspectiva de trazemos o debate deste artigo para o contexto da história contemporânea, vale enfatizarmos que ao longo do século XX, o Brasil seguiu diretrizes de Portugal em relação a sua política colonialista, que é radicalizada a partir de 1926, quando o regime republicano cai e ao surgimento do que, em 1928, vai ser chamado de Salazarismo. Esse regime que foi instituído por António de Oliveira Salazar, tinha diretrizes de cunho autoritário, criando leis que aumentavam a diferença entre brancos e negros na África e fortalecia o processo de exploração colonialista⁵, prejudicando o desenvolvimento destes países.

Na década de 1950, houve o estabelecimento do “Acordo de Cooperação e Amizade”, que também foi assinado pelo Primeiro Ministro brasileiro, Vicente Rao, em 1953, que (re)institucionalizou os vínculos entre Brasil e Portugal. Este acordo tinha a intenção de que tanto Portugal como o Brasil tivessem privilégios nas relações comerciais com os países que estavam sob a égide de Portugal. Outra condição do acordo era de que o Brasil não interviesse nas relações de Portugal com suas colônias, portanto, um diálogo entre o Brasil e África Lusófona, dependeria da mediação e controle de Portugal.

Essa diretriz foi mantida durante o governo de Juscelino Kubitschek, que, segundo o historiador José Sombra Saraiva (1996) propunha uma modernização para o Brasil reforçando a política

³ O termo lusófono é um termo controverso, pois traz a ideia da presença cultural portuguesa fosse majoritária para os países que faz parte dela. Dessa maneira escamoteando a própria cultura dos países africanos, que além de falar a língua portuguesa têm seus idiomas e culturas.

⁴ Sobre a questão do tráfico negreiro, podemos apontar como leitura fundamental os pesquisadores: José Honório Rodrigues (1964); Luiz Felipe de Alencastro, em seu livro “Trato dos Videntes”(2000), Isabel Castro Henriques, com seus livros “Os pilares da diferença relações século XV-XX” (2004) e Percurso da Modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX (1997).

⁵ Nesse período, as colônias portuguesas em África eram quem contribuíam para grande parte da economia portuguesa.

econômica difundida pela Comissão Econômica para América Latina da ONU – CEPAL, o autor regista ainda que foi naquele contexto que aconteceu o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA), que tinha como objetivo o fortalecimento da política externa brasileira.

Para a reflexão sobre este debate temos também os estudos do historiador José Honório Rodrigues (1964), desenvolveu críticas à opção de Juscelino Kubitschek em manter o Brasil vinculado ao “Tratado de Cooperação e Amizade” com Portugal. Além disso, problematiza a questão econômica, fato que fica bem evidenciado quando coloca que “A OPA obscureceu o mais importante fenômeno do processo histórico mundial, entre 1958-1960: a liberdade africana” (Rodrigues 1964 p.372).

Entretanto, essa posição será alterada a partir de 1961, quando o então Presidente Jânio Quadros rompe com a política colonialista, aproximando-se das chamadas “Províncias Ultramarinas”, recebendo apoio de diplomatas do Itamaraty que concordavam com essa abertura. Tais fatos possibilitaram a vinda de estudantes africanos para o Brasil (importa frisar que até os dias atuais mantêm-se convênios entre vários países da África e Brasil para a vinda de estudantes africanos, inclusive angolanos). A ruptura do governo Jânio Quadros com a política colonialista portuguesa se dá de maneira concreta a partir de missões diplomáticas, que vão para a África, inclusive para as “Províncias Ultramarinas”, no intuito de desenvolver uma relação política, cultural e econômica, com esses países e províncias. Esse trânsito entre os continentes deu a possibilidade de um conhecimento mais profundo dos horrores que ocorriam em África. Ou seja, a vinda dos estudantes africanos, somada a presença brasileira em continente africano, despertou o espírito de solidariedade que Honório Rodrigues (1964) reivindicava. Acrescentamos ainda que é neste período que nascem os primeiros centros de estudos sobre África no Brasil.

A política de Jânio Quadros tem continuidade com seu sucessor João Goulart, no entanto, com o golpe da ditadura Civil-Militar, ocorrido em 1º de Abril de 1964, o governo brasileiro altera sua política em relação ao Continente Africano, voltando-se a uma política que privilegiava Portugal, permitindo inclusive, que a PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado (portuguesa), agisse em solo brasileiro, atuando na prisão de membros do Movimento Afro-brasileiro pró-libertação de Angola - MABLA (Santos 2010).

No entanto, a ditadura Civil-Militar brasileira, em meados da década de 1970, já no governo Médici, inicia um processo de reaproximação com as colônias portuguesas em África, haja vista a

Andréa Pires Rocha; José Francisco dos Santos

missão comercial liderada pelo diplomata Mario Gibson Barboza⁶. Essa aproximação se dá por conjuntura da “Crise Petróleo”, ocorrido na década de 1970, o que fez países ocidentais demonstrarem uma política pró-reativa diante do Continente Africano, motivados à riqueza gerada em torno do Petróleo. E, ao mesmo tempo em que acontece esse processo de reaproximação política e econômica, os países colonizados por Portugal vivem intensas mobilizações internas rumo a luta pela libertação, o que foi acontecendo paulatinamente abaixo de muito conflito violento. Em meio desta conjuntura, o ápice do vínculo entre Brasil e África Lusófona culmina em 1975, já no governo do General Ernesto Geisel, por meio do ineditismo do reconhecimento da independência angolana.

A partir da independência, as relações entre Brasil e Angola se fortaleceram no âmbito econômico e político. Segundo Santos (2015), muitas empresas brasileiras se estabeleceram em Angola numa perspectiva de colaborar para com a “reconstrução” do país, que ainda vivia uma guerra civil, que perdurou até o ano de 2002. Podemos citar algumas parceiras, em especial no âmbito da energia (petróleo), com a BRASPETRO, na infraestrutura com a Odebrecht, apoio técnico com entidades empresarias brasileiras e governamentais.

Todavia, a manutenção da política sul-sul, que estava sendo desenhada desde Jânio Quadros (1961), foi interrompida no governo da autocracia militar de Castelo Branco (1964), retomada por Costa e Silva e teve seu ponto alto no governo Geisel foi prejudicada no final da década de 1980. O governo de José Sarney enfrentava momentos delicados no âmbito da economia e da política, o que dificultou a manutenção da política externa para com o continente Africano. Contudo foi nesse momento que o Estado brasileiro participa da formação da criação da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

Nos 1990, o presidente Fernando Collor de Mello adotou o neoliberalismo para os rumos da economia e, conseqüentemente, uma política externa direcionada aos países tidos desenvolvidos, opção que levou o desmonte da política Sul-Sul. No governo de Fernando Henrique Cardoso o cenário de retração em relação ao continente africano não se altera muito, havendo, segundo Visentini (2012) uma pequena reaproximação, embora algumas iniciativas importantes tenham sido tomadas, à exemplo da missão de paz enviada para Angola, em 1995.

⁶ A missão de expedição comercial ao continente africano liderada pelo então Ministro das Relações Exteriores Mario Gibson Barboza no ano de 1972 tinha a intenção de estreitar a relação os países africanos que teve como rota Costa do Marfim, Senegal, Togo, Zaire, Daomé, Nigéria, Camarões em seu livro de memória ainda expõe a intenção de aproximar dos países africanos que estavam sobre domínio português. (BARBOZA, 2007, p.396-443)

Andréa Pires Rocha; José Francisco dos Santos

Contudo, no período do presidente Luís Inácio Lula da Silva acontece uma política de reestabelecimento dos vínculos com o Continente africano. Segundo Visentini (2012, p. 222 -223),

Desde o início do governo Lula, em 2003, a diplomacia brasileira tem dado atenção especial à África, intensificando os laços com o continente, pois o Brasil passou a desenvolver uma diplomacia “ativa e afirmativa”. Uma visão estratégica e uma perspectiva coerente são as novas bases das relações Brasil-África, tomando, tomando-se o principal foco da chamada Sul-Sul. Relações bilaterais e multilaterais tem se desenvolvido de maneira notável mais áreas do comércio e investimento (principalmente nos setores petrolíferos, de mineração e infraestrutura), saúde, ciência e tecnologia, diplomacia e mesmo segurança e defesa.

Dentre as iniciativas concretas do governo Lula podemos destacar o incentivo à criação, em 2006, da Cúpula América do Sul-África - ASA, a qual, segundo o site do Ministério de Relações Exteriores,

[...] tem expandido e aprofundado seu relacionamento com a África, abrindo canais de diálogo político, forjando novas parcerias comerciais e ampliando projetos de cooperação. A Cúpula América do Sul-África (ASA) é uma das iniciativas que refletem essa aproximação do Brasil com o continente africano. Por ser o único mecanismo a reunir periodicamente líderes africanos e sul-americanos, é plataforma privilegiada para o estreitamento de laços entre as duas regiões. (Brasil 2015a)

Também em 2006 houve a instalação do Escritório Regional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na África, em Gana (Brasil 2006), que decorre de um acordo firmado entre os dois países, retomando os termos de um Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e Gana, assinado em 1974.

Todavia, Visentini (2010) enfatiza que a política externa estabelecida no governo Lula também foi alvo de críticas, chegando a ser denominada por alguns como *Imperialismo Soft*, pois muitos reprovavam a dimensão solidária do programa social do presidente Lula, numa extensão internacional das ações nacionais. E é neste contexto que inserimos o debate específico acerca da cooperação internacional entre Brasil e Angola, no que diz respeito a SAN, pois foram notórias as iniciativas em âmbito nacional que tiveram como foco o combate a fome, como também ações de estímulo a políticas de combate a fome em países em processo de desenvolvimento, dentre eles, Angola, como veremos nas próximas seções deste artigo.

DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA) E SAN (SAN) NO BRASIL E EM ANGOLA

O direito à alimentação e o direito a saúde pública de qualidade estão imensamente vinculados e é essencial compreendê-los na perspectiva dos direitos humanos. Neste sentido vale a pena lembrarmos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos traz em seu escopo de direitos o “Direito Humano à Alimentação Adequada” (DHAA), todavia, os direitos elencados na declaração se

mostram de maneira bem generalizada, levando a sociedade à construção de instrumentos diretos que regulamentassem a garantia dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Foi, portanto, na Assembleia Geral das Nações Unidas de 16 de Dezembro de 1966 que os países membros construíram o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDC) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Ambos os pactos foram assinados em 1992 pelo Brasil e por Angola.

Segundo Rocha (2014), o direito à alimentação é abordado no art. 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais o qual consagra que “os Estados-partes reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação”. Para debatermos sobre a garantia do direito à SAN optamos pela definição brasileira, elencada na Lei 11.346 de 15 de Setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN,

Art. 3^a A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil 2006)

Pois este conceito é a síntese de uma acumulo de debate desenvolvido no país, os quais vêm sendo empreendidos desde o processo da constituinte e tiveram sua primeira materialização na I Conferência Nacional do Direito a Alimentação e Nutrição, realizado em 1986. Marília Leão (2013) nos explica que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está em constante transformação, pois

[...] está relacionada com diferentes interesses e diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, razão pela qual sua concepção ainda é assunto debatido por variados segmentos da sociedade, no Brasil e no mundo. Além disso, o conceito evolui à medida que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade. (Leão 2013 p. 11)

Ressalta que o termo segurança alimentar tornou-se expressão comum no período da primeira Guerra Mundial, pois se referia a questão da segurança nacional e da capacidade de produção de alimentos de cada país, especialmente daqueles envolvidos na guerra de maneira direta. Já a partir da Segunda Guerra Mundial a expressão ganha força e passa a ser legitimada pelos organismos internacionais. Todavia, Leão (2013) explica que é justamente no bojo destes organizamos que o sentido da SAN é disputado por duas posições antagônicas. A primeira, representada especialmente pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, que entende o acesso a alimentação como um direito humano; já a segunda, em especial o Fundo Monetário Internacional –

FMI – e o Banco Mundial, que situam a produção de alimentos no âmbito do mercado, prejudicando a SAN.

Contradição travada até os dias atuais, pois é consenso entre os pesquisadores da área que a insegurança alimentar não decorre da ausência da produção de alimentos, mas sim de problemas na sua distribuição. Infelizmente, no modo de produção capitalista o modelo de produção de alimentos determinante é aquele voltado para o mercado, favorecendo, desta forma, o agronegócio e agroindústria. Neste contexto vale a pena lembrarmos dos ensinamentos do historiador Caio Prado Jr (2000), os quais comprovam que ainda vivemos em ciclos econômicos nos quais a produção da agricultura mantém traços da *plattation* (latifúndio e monocultura para exportação).

Portanto, esse modelo de produção alimentar prova que a abundância também pode levar a escassez, pois segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, mesmo havendo avanços científicos e tecnológicos o fenômeno ainda existe e o volume de pessoas famintas é inaceitável. Segundo o pesquisador do IBASE, Francisco Menezes (2010), a fome é apresentada em dados aproximados, tendo em vista que os sujeitos que passam fome constroem estratégias para evita-las, porém, continuam vivendo em “situação de vulnerabilidade à fome. Uma situação que não devemos aceitar. Os números são alarmantes, mostram uma situação de ausência de políticas, de falta de solidariedade no mundo. Um direito que deveria ser defendido”.

De qualquer forma, cabe-nos apontar que o Brasil tem alcançado resultados importantes no combate a insegurança alimentar. Dados da FAO (2013) mostram que o número de pessoas que enfrentam a fome no Brasil caiu em quase 10 milhões de pessoas em 20 anos, chegando a uma redução de 54%. No início da década de 1990 eram 22,8 milhões de pessoas que passavam fome, atingindo 15% da população nacional. Em 2013 este número caiu para 13,6 milhões de pessoas, o que se traduz em uma taxa de 6,9% da população que ainda passa fome. Esses avanços levaram a FAO a publicar em 2014 o relatório especialmente voltado para a realidade brasileira, “O Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional”, que permitiu avaliar os progressos brasileiros rumo a erradicação da extrema pobreza e da fome. O documento elenca os principais elementos constitutivos dos avanços do Brasil no combate a insegurança alimentar, dentre eles destaca:

Os avanços no combate à fome e pobreza decorrem, na análise apresentada no Relatório da FAO, da priorização da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir de 2003, com destaque ao lançamento da Estratégia Fome Zero, à recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Consea, à institucionalização da política de SAN e à implementação, de forma articulada, de políticas de proteção social e de fomento à produção agrícola. [...] Um dos marcos foi a promulgação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional em 2006. A lei define segurança alimentar e nutricional como “a realização do

Andréa Pires Rocha; José Francisco dos Santos

direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. A amplitude dessa definição foi traduzida nas políticas e programas de governo, que incluíram ações que vão desde fomentar modelos agrícolas sustentáveis à educação alimentar e nutricional, abordagem que moldou o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional atualmente em vigor. [...] A implementação de políticas estruturantes como o fortalecimento da agricultura familiar, em paralelo com os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, têm sido abordagens exitosas na diminuição da fome no Brasil. Enquanto agroindústrias e grandes propriedades rurais dominam a produção agrícola voltada para a exportação, a agricultura familiar está crescendo e, atualmente, é responsável por 70% dos alimentos consumidos internamente no país. (FAO 2014 p. 6 – 8)

Sabemos que a insegurança alimentar ainda é realidade no Brasil, todavia não podemos deixar de considerar os avanços mencionados acima, os quais fazem com que as políticas brasileiras sirvam de exemplo para países que vivenciam graves problemas de insegurança alimentar, dentre eles, Angola. O Relatório do “The State of Food Insecurity in the World” (Estado da Insegurança Alimentar no Mundo) 2015, lançado em maio deste ano, divulgou

O monitoramento internacional de dois indicadores que se relacionam a fome: 1) a meta estipulada na Cúpula Mundial da Alimentação (WFS) realizada em 1996, onde representantes de 182 governos prometeram “... erradicar a fome em todos os países, com a meta de redução imediata pela metade do número de pessoas subnutridas até o ano de 2015”, e 2) a Meta de Desenvolvimento do Milênio 1 (ODM 1) que em 2000, 189 países comprometeram-se a no reconhecimento dos indivíduos ao direito à dignidade, liberdade, igualdade e um acesso básico ao alimento. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foi acordado em 2001 para monitorar indicadores nacional e mundial ao longo de um período de referência de 25 anos (1990 a 2015) incluindo três objetivos: 1) redução pela metade da pobreza global, 2) alcançar o emprego pleno, produtivo e digno para todos, e 3) corte pela metade da proporção de pessoas que sofrem de fome. (Brasil 2015b p. 3 -4)

E, a partir destes indicadores, a FAO comprova que ainda há cerca de 795 milhões de pessoas subnutridas globalmente, entretanto, este dado indica avanços das políticas mundiais de combate a insegurança alimentar, pois houve uma queda de 167 milhões de subnutridos ao longo de dez anos. O relatório aponta que esses progressos são mais visíveis nas regiões em desenvolvimento, todavia, as regiões que apresentam menor crescimento econômico e instabilidade política, exemplificando alguns países da África Central e da Ásia Ocidental, ainda possuem dificuldades para atingir as metas WFS e ODM1.

Neste relatório o Brasil é tido como exemplo de superação, pois atingiu todas as metas e Angola também aparece como um dos países lusófonos que apresentou melhor resultado rumo o cumprimento das metas ODM, reduzindo pela metade a subnutrição. Buscamos no relatório original (ainda em inglês) informações diretas sobre Brasil e Angola e encontramos alguns elementos interessantes. Sobre Angola, o que mais chama atenção é que o país ficou em primeiro lugar na tabela

dos “países que alcançaram ou estão prestes a atingir, as metas internacionais de fome” em especial daqueles que atingiram o alvo ODM.

Um total de 18 países na África Subsaariana obtiveram a meta dos ODM, e mais quatro estão próximo de alcançá-lo (ou seja, se persistirem as tendências atuais poderão fazê-lo antes de 2020). Destes, sete países têm também atingiram a meta mais ambiciosa do WFS (Angola, Camarões, Djibouti, Gabão, Gana, Mali e São Tomé e Príncipe), e mais dois (África do Sul e Togo) estão próximo de alcançá-la. [...] (FAO 2015 p. 13 – tradução nossa)

Já com relação ao Brasil, o relatório mostra que as políticas brasileiras atingiram todas as metas , chegando a nomear o programa Bolsa Família⁷ no sentido de reforçar a importância da proteção social e do desenvolvimento econômico como elementos essenciais para a garantia da SAN,

A proteção social pode estabelecer um círculo positivo de progresso, possibilitando aos pobres o aumento da renda, do emprego e salários. Por exemplo, no Brasil o Programa Fome Zero e o Bolsa Família foram cruciais para alavancar, inclusive, o crescimento no país. Bolsa Família alcançou quase um quarto da população, principalmente das mulheres. A transferência é acima de US \$ 100 por mês para cada família, que manda seus filhos para escola. Com a economia brasileira crescendo a 3% ao ano desde 2000, proporcionando assim o aumento de receitas ao poder público, estes programas reduziram significativamente desigualdade de renda - entre 2000 e 2012, a média rendimentos da parcela mais pobre da população cresceu três vezes mais rápido que os dos mais ricos 20%. (FAO 2015 p. 31 – tradução nossa)

Entretanto não podemos deixar de mencionar o quanto a *McDonlização* da alimentação e da produção de alimentos tenta homogeneizar a cultura alimentar mundial, trazendo inúmeros prejuízos para populações inteiras. Neste contexto se visualiza o outro lado nefasto da insegurança alimentar e nutricional, que se mostra no fenômeno da obesidade coletiva e de doenças que a acompanham. Maria Emília Pacheco (2013), presidente do CONSEA (Brasil), ao falar do sistema alimentar dominante afirma que,

Ele está cada vez mais concentrado. Cerca de dez grandes transnacionais controlam os agrotóxicos, as sementes e os transgênicos. Isso também acontece no consumo, quando são os supermercados os que dominam o varejo de alimentos. Ao mesmo tempo em que permanece a fome no mundo, existe um aumento do sobrepeso. A alimentação está dominada pela lógica privada e o alimento virou mercadoria, enquanto deveria ser visto, acima de tudo, como um direito humano. Temos um sistema alimentar em crise. (Pacheco 2013 p. 4)

Brasil e Angola se deparam com o fenômeno da obesidade. Ao falar sobre o Brasil, Pacheco (2013) aponta que os índices de desnutrição e subnutrição melhoram em índices gerais (permanecendo alto entre a população negra e indígena), “ao mesmo tempo, temos visto o crescimento da obesidade. Essa chega junto com a pressão alta, diabetes e problemas cardíacos. Por isso, esse acesso deve ser a alimentos de qualidade”. Com relação a Angola, o índice “Good Enough to Eat”, elaborado pela

⁷ Cabe-nos alertar que o relatório divulga uma informação equivocada, colocando que o valor da bolsa pode chegar a \$ 100,00 dólares por família, o que não é fato.

Oxfam, que analisa a situação alimentar de 125 países do mundo levando em consideração quatro questões

[...] se as pessoas comem o suficiente, se as pessoas conseguem pagar os alimentos, se os alimentos são de qualidade e quais os malefícios na saúde provocados pela alimentação (obesidade, diabetes). Todos os 20 melhores países são europeus exceto um (a Austrália), sendo a ausência de desnutrição e o total acesso a água potável os fatores que mais pesam na sua classificação. [...] Entre os 30 últimos, há 26 países africanos (incluindo Angola e Moçambique) e quatro asiáticos, Laos, Bangladesh, Paquistão e Índia. No caso de Angola, os fatores que mais pesam na classificação são o custo dos alimentos e a volatilidade dos preços da comida, a que se soma a má diversidade nutricional e o reduzido acesso a água potável. (RTP Notícias 2014)

Portanto, a SAN só pode ser conquistada a partir de um conjunto de medidas que tenham como meta a garantia do direito a alimentação adequada e a qualidade deste alimento. Não basta diminuir a desnutrição, deve-se observar e garantir que as populações se alimentem de maneira saudável, garantindo saúde e qualidade de vida. Neste sentido, faz-se necessário que repensemos o modelo de produção de alimentos, conduzindo um olhar mais atento para a valorização da agricultura familiar, como veremos na próxima seção.

REFLEXÕES ACERCA DA GARANTIA DA SAN A PARTIR DO MODELO AGRÍCOLA

Segundo o relatório do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional - CERESAN organizado por Marcelino e Morgado (2015), Angola é o 16º país com maior potencial agrícola do mundo, contudo a área não ultrapassa os 10% dessas terras. O relatório ainda expõe que a produtividade é uma das mais baixas da África Subsaariana. Fazendo com que o país importe alimentos, incluindo, inclusive, gêneros alimentícios que poderia produzir em abundância, a exemplo de feijão e cereais. De qualquer forma, o documento aponta que tem havido esforços para diminuir as importações, contudo,

Os esforços empreendidos pelos diversos setores associados à produção agrícolas têm contribuído pouco para a redução das importações de alimentos, principalmente, no domínio dos cereais (milho) nas duas últimas campanhas (2012 e 2013) e legumes nas três últimas campanhas (2011, 2012, 2013). Ainda assim em 2012 as quantidades de cereais e de feijão importadas não foram suficientes para suprir todas as necessidades alimentares do país. (Marcelino & Morgado 2015 p. 10).

Esse cenário evidencia que Angola ainda sofre impactos graves da condição de subdesenvolvimento, a qual podemos inferir como resultante de sua história política, econômica e social, marcada pelo colonialismo português, por uma guerra civil e pela necessidade de reestruturação proveniente de sua recém libertação. O documento aponta alguns esforços empreendidos em Angola, por exemplo,

Andréa Pires Rocha; José Francisco dos Santos

Nos últimos anos, vários programas de apoio ao desenvolvimento agrário foram concebidos no âmbito do Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Setor Agrícola/ (PDMPSA). A implementação deste plano teve início em 2013 e o seu término está previsto para o ano 2017, tendo como objetivo geral, promover a transformação sustentável da agricultura de subsistência para uma agricultura comercial orientada para o mercado, visando a segurança alimentar e a dinamização da agroindústria nacional, o combate à fome e à pobreza com foco agricultura, pecuária, nas florestas e em outros recursos naturais, é nesta vertente que se insere o Projeto Pungo Andongo em implementação na região de Capanda, província de Malanje, contando com a presença da empresa ODEBRECHT. (Marcelino & Morgado 2015 p.12).

Vemos com clareza a opção ideológica, quando se fala da importância de se transformar a agricultura de subsistência em uma agricultura comercial orientada para o mercado. Sabemos bem que essa transformação pode não assegurar a segurança alimentar da população angolana, especialmente se o modelo de agroindústria em pauta for vinculado ao modelo hegemônico, não a um modelo voltado para os pequenos agricultores ou agricultura familiar.

Neste contexto vale a pena nos remetermos ao posicionamento da Via Campesina em relação ao modelo hegemônico de agroindústria, pois afirma que “es la agricultura campesina la que alimenta al mundo, y no las multinacionales ni la agroindustria” além disso, aponta que “la agroindustria concentra la producción y distribución de alimentos en manos de unas pocas grandes empresas, que no tienen en cuenta las necesidades de productores y consumidores” (La Via Campesina 2015). Por outro lado, em uma plataforma de combate a fome e pobreza no mundo rural, coloca como ponto de reivindicação a disponibilização de “recursos para instalar pequeñas agroindustrias campesinas y comunitarias, en forma de cooperativas, para que el valor agregado quede en manos campesinas” (La Via Campesina 2013). Ou seja, há uma possibilidade da efetivação de agroindústrias em um formato contra-hegemônico, que poderá somar pela efetivação da segurança alimentar mundial.

Agostinho de Carvalho (2012), aponta que o desenvolvimento da agricultura familiar pode ser a forma mais eficaz de luta contra a fome e de um crescimento econômico sólido. Para isso o autor expõe alguns itens que podem contribuir para o acesso alimentação em abundância e com maior qualidade nutricional. Ele destaca: “autoconsumo, segurança alimentar e nutrição; biodiversidade vegetal, biofortificação vegetal, biofortificação e nutrição; e estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar”. (Carvalho 2012 p. 34). Além disso, defende que,

O principal objetivo da agricultura de subsistência é a produção de alimentos que permita a manutenção e a reprodução da família e do grupo, com base num sistema cultural diversificado. A policultura da resposta às necessidades do homem, que, como ser omnívoro obtém os nutrientes de que necessita de vários alimentos. O que prevalece nesta agricultura e a procura da autonomia alimentar, embora se verifique a venda de alguns produtos. O que é determinante na policultura e o rendimento alimentar das culturas praticadas, como quem diz, a riqueza nutricional dos alimentos e não o seu valor monetário. (Carvalho 2012 p. 34)

Andréa Pires Rocha; José Francisco dos Santos

A maneira como apresenta à policultura abordando que as prioridades são as necessidades orgânicas do ser humano em detrimento dos ganhos econômicos colabora muito para reflexões acerca da SAN. Em meio de seus argumentos o autor ressalta a importância do respeito as determinações culturais e os hábitos alimentares das populações, pois somente assim é possível medir as necessidades nutricionais de uma determinada população, indo ao encontro das reflexões produzidas por Josué de Castro⁸, que escreve na década de 1940 a consagrada obra *Geografia da Fome* (1984), na qual chamava atenção para questões sociais e de saúde decorrentes da (in)segurança alimentar, evidenciando como a miséria e a fome estão interligadas. Além disso, já alertava que não é possível olharmos para a fome de maneira homogênea sem considerar as particularidades regionais, geográficas e políticas. Nos alerta que devemos considerar como

[...] áreas de fome aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, seja estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia da fome) (Castro 1984)

E, segundo ele, não é o grau de especificidade carencial que determina a área, mas sim a extensão numérica em que o fenômeno atinge a população. Portanto, esse autor vai servir de referência para discursão de políticas públicas na questão da segurança alimentar, nutricional e saúde até os dias atuais. Carvalho (2012) traz dados importantes para essa compreensão, listando alimentos que são utilizados culturalmente, à exemplo de insetos, alimentos retirados do “mato”, bebidas fermentadas, entre outros, mostrando que a escolha dos nutrientes sofre influência da cultura, da localização geográfica, das condições climáticas, enfim, das particularidades do território em que a população vive. Contudo, aponta que plantas exóticas e adaptadas vem ocupando mais espaços que as nativas, segundo ele por três fatores: “alteração dos hábitos alimentares decorrentes do processo de urbanização; perda de estatuto do valor simbólico, sendo identificados como alimentos de pobres, ao contrário dos exóticos” (Carvalho 2012 p. 36).

Com relação a agricultura familiar em Angola, o relatório do CERESAN (Marcelino & Morgado 2015) traz alguns dados pertinentes para o debate que desenvolvemos neste artigo, pois apresenta:

A despeito da estabilidade macroeconômica e economia rural continua com imensas dificuldades. Estas devem-se em parte ao fraco acesso das populações ao crédito para financiar a atividade agrícola, à necessidade de recuperação das infraestrutura produtiva, nomeadamente

⁸ Ainda sobre Josué Apolônio de Castro observamos: foi um dos maiores especialistas mundiais em questões de alimentação. Escreveu várias obras sobre o assunto traduzido e publicado em diversos países. Redigiu dois dos melhores trabalhos até hoje escritos sobre a relação entre miséria e fome e o subdesenvolvimento – “Geografia da Fome (1946) e “Geopolítica da Fome” (1951) -, que lhe deram renome internacional para presidente do Conselho da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), durante o período de 1952-1956. (CASTRO, 1980, p.313)

Andréa Pires Rocha; José Francisco dos Santos

os perímetros irrigados. Os pequenos e os médios agricultores não conseguem utilizar as potencialidades de irrigação que o país oferece. Há ainda carência de tecnologia e sustentabilidade dos sistemas de produção. Segundo a Missão de Inquéritos Agrários de Angola, entre 1971 e 1972 existiam cerca de 1,2 milhões de unidades familiares com uma superfície média de 3,9 hectares. Nessa altura o sector familiar era responsável pela maioria da produção comercializada de milho (88%) de mandioca (100%), de feijão (94%), de amendoim (100%) e de batata (71%), tendo ainda, um peso significativo na produção de café (30%), arroz (52%) e 21% de algodão. O sector moderno integrava cerca de 6.500 empresas com média de 700 hectares, dos quais quase 90% estavam sem utilização (Pacheco, 1997). Não existem dados atualizados que tenham resultados de um censo agrário porém, certamente o quadro hoje é diferente. O insuficiente investimento público tem estado na base do subaproveitamento do potencial que o sector agrícola representa. Este potencial traduz-se na disponibilidade de recursos naturais como a água, terra arável e um clima propício para a agricultura. (Marcelino & Morgado 2015 p. 9).

Observamos que os dados são antigos, todavia há informações importantes, as quais mostram que a agricultura familiar é predominante em Angola, porém não há investimento publico para seu fortalecimento. Por outro lado, a política de combate a fome no Brasil tem como princípio a valorização dos pequenos agricultores e da agricultura familiar⁹. A Revista Desafios do Desenvolvimento do IPEA traz matéria organizada por Verena Glass (2011), a qual aborda a questão da agricultura familiar, apontando que,

Para o pesquisador e professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bernardo Mançano, a Agricultura Familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. De acordo com ele, em algumas regiões o setor também bate o agronegócio na produção de *commodities*, como café, arroz e milho. O problema é que também neste modelo produtivo ocorre uma concentração dos recursos e dos meios de produção e comercialização, avalia Mançano. “Atualmente, temos uma realidade na qual cerca de 10% dos agricultores familiares se responsabiliza por 80% da produção do setor. 84% recebem apenas 15% dos recursos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), 80% gera renda por vezes insuficiente para a manutenção da família, e 20% não gera renda alguma”. (Glass 2011 p. 3)

Ou seja, uma das possíveis saídas para o combate a fome é o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de um novo Sistema Alimentar mundial, um sistema que retire a produção de alimentos do âmbito das determinações de mercado e que a coloque no âmbito da garantia de direito.

ALGUMAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ANGOLA: EM BUSCA DA SAN

Pensando em ações positivas que podem servir de exemplo, apresentaremos nesta seção algumas parcerias efetivadas entre Brasil e Angola em uma perspectiva de soma em prol da garantia da SAN. Iniciaremos com o registro do histórico de uma parceria que produziu a coletânea de artigos

⁹ Cabe um alerta, pois há o estabelecimento de uma grande contradição, pois, ao mesmo tempo em que se entende que a pequena agricultura é que colabora para o combate a fome, há uma grande investimento de políticas de fortalecimento do agronegócio a partir da perspectiva de mercado.

“Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Desafio e Perspectivas” (Lima et. al, 2013), apontando que,

A Reunião dos Institutos Nacionais de Saúde da CPLP realizada em Lisboa no ano de 2007, marcou de forma especial e fraterna as relações institucionais entre o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) de Portugal e a Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) do Brasil, assim como lançou as bases daquele que seria a Rede de Institutos Nacionais de Saúde da CPLP – RINS/CPLP, da qual fazem parte as instituições congêneres da comunidade da Língua Portuguesa.

Foi no âmbito do fortalecimento das relações interinstitucionais no seio da RINS/CPLP que em 2011, nós, Paulo Ferrinho, como diretor do IHMT, e Paulo Buss, como Diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz decidimos apoiar a realização de uma oficina pré-congresso durante o World Nutrition Rio 2012 (Rio de Janeiro, abril de 2012), no qual participantes dos países da CPLP pudessem trocar impressões sobre questões nutricionais nos países integrantes da Comunidade.[...] O que nos levou a tal iniciativa, além do tema ser tratado no âmbito de ambas as instituições, foi saber que a fome, assim como a insegurança alimentar e nutricional ainda são flagelos que assolam todos os países da CPLP. Num momento em que participantes dos Estados Membros da CPLP debatem a situação mundial das Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional, a saúde não pode deixar de estar presente. Uma vez que, não obstante os esforços efetuados, tais problemas tem uma determinação multisetorial, muito mais econômica, social e política do que biológica, vontade e compromisso político são também necessários para sua resolução. (Ferrinho e Buss apud Lima et. al 2012 p. 7)

O trecho destacado mostra as parcerias que vem sendo construídas entre países da CPLP e instituições de referência como a Fiocruz, do Brasil e o IHMT de Portugal no combate a insegurança alimentar e promoção de uma melhor a saúde entre os países membros.

Já o relatório da CERESAN (Marcelino & Morgado 2015) informa que do ponto de vista econômico a principal referência da presença brasileira em Angola continua sendo a empresa Odebrecht, que mencionamos na primeira parte desta artigo, e segundo os pesquisadores, essa empresa acaba influenciando na garantia da segurança alimentar de maneira indireta a partir do oferecimento de postos de trabalho, desta mesma forma colaboram as empresas como a Queiroz Galvão, Camargo Correia e Andrade Gutierrez. Todavia, apontam que “por meio do reforço das suas parcerias com as instituições do sector público de Angola, as empresas brasileiras estão alargando o seu campo de actuação, marcando sua presença no ramo da exploração de minerais, agro-indústria e outros” (Marcelino & Morgado 2015 p. 43), o que nos deixa reticentes pois questionamos até que ponto podemos chamar a presença dessas empresas de cooperação, ou se podemos refletir a partir do aspecto da exploração de recursos naturais e monopolização de produção de alimentos.

Com relação a parcerias públicas, os autores informam que entre os anos de 2003 e 2012, foram firmados 62 projetos de cooperação técnica, científica e tecnológica, havendo um investimento de “US\$ 2.689.415,68 para 54 destes projectos. Prioritariamente foram privilegiadas as áreas da saúde com 16 projectos e da educação com 13 projectos” (Marcelino & Morgado 2015 p. 43).

Andréa Pires Rocha; José Francisco dos Santos

Para o desenvolvimento de uma abordagem empírica neste artigo, desenvolvemos um levantamento acerca dos acordos estabelecidos entre governo brasileiro e angolano que estão mencionados no site oficial do Itamaraty - Ministério de Relações Exteriores brasileiro -, em particular na Divisão de Atos Internacionais¹⁰ que possui um sistema de busca que afirma incorporar todos os atos, todavia, neste levantamento encontramos apenas 26 acordos entre Brasil e Angola, conforme citados no quadro abaixo

Quadro 01. Acordos de Cooperação Bilaterais Brasil – Angola

QUANTIDADE	ASSUNTO
4	Agricultura
3	cooperação cultural
3	Saúde
2	Cooperação técnica
2	Meio ambiente
2	Relações Diplomáticas e Consulares
2	Sanidade Animal e Vegetal
1	Cooperação desportiva
1	Cooperação econômica
1	Cooperação universitária
1	Declaração conjunta
1	Defesa e assuntos militares
1	Política administrativa
1	Turismo
1	Vistos
26	

Fonte: sistematização de informações contidas no site do Ministério de Relações Exteriores. Departamento de Atos Internacionais - DAI (Brasil 2015b)

Dentre o total de acordos apresentados no Quadro 01, devemos informar que cinco deles ainda estão em tramitação e dois não estão vigentes, todos os outros são vigentes. A partir deste levantamento, optamos por analisar os acordos das áreas de agricultura, saúde, meio ambiente e sanidade animal/vegetal, por considerarmos que estão vinculadas à garantia da SAN. Buscamos as datas em que os acordos foram firmados e observamos que o período corresponde de 2003 à 2010. Analisamos também os objetivos de cada acordo, conforme sistematização dos quadros a seguir.

Podemos observar que os acordos firmados na área de Agricultura possuem como objetivo em comum a formação profissional e a capacitação técnica. É interessante analisarmos que a

¹⁰ A **Divisão de Atos Internacionais** incumbe-se da guarda dos tratados, convenções, acordos, declarações conjuntas, protocolos e emendas que obrigam internacionalmente o Estado brasileiro. Mantém registros de Atos Internacionais dos quais, embora não seja parte o Estado brasileiro, participou o Brasil em sua negociação ou que se revista de interesse para a política externa brasileira. (BRASIL, 2015b)

Andréa Pires Rocha; José Francisco dos Santos

Agricultura Familiar se mostra como opção na maioria dos acordos, sendo eles de intervenção direta na capacitação técnica, ou na preparação de técnicos que possam realizar diagnósticos, projetos, entre outros.

Quadro 02. Agricultura

TÍTULO DO ACORDO	DATA	OBJETIVO
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto “Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola”	03/11/2003	finalidade é contribuir para a inovação metodológica das atividades de extensão rural, evidenciando os processos interativos e participativos com os produtores familiares e as suas formas de organização, por meio da transferência de tecnologia e da capacitação de recursos humanos.
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola”	23/06/2010	finalidade é capacitar técnicos angolanos em análises de solos, plantas, sementes e em cultura de tecidos vegetais.
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do projeto “Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos”	23/06/2010	a) capacitar técnicos angolanos em construção de diagnósticos para implantação do Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR); b) capacitar técnicos angolanos para desenvolver e atuar em Assistência Técnica e Extensão Agrária (ATEA); c) capacitar técnicos angolanos para desenvolver e atuar em ATEA para Agricultura Familiar; e d) implantar Unidades de Experimentação (UEs) com os projetos definidos no diagnóstico.
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola”	23/06/2010	a) transferir metodologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para profissionais e técnicos de ciências agrárias do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA); b) executar treinamentos de Formação Profissional Rural (FPR) e de Promoção Social (PS) para profissionais e técnicos de ciências agrárias do IDA; e c) realizar oficinas de Metodologia de

Fonte: sistematização de informações contidas no site do Ministério de Relações Exteriores. Departamento de Atos Internacionais - DAI (Brasil 2015b)

Quadro 03. Saúde

TÍTULO DO ACORDO	DATA	OBJETIVO
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Formação de Docentes em Saúde Pública em Angola”	09/07/2007	Visa a estabelecer o programa de cooperação educacional intitulado “Formação de Docentes em Saúde Pública em Angola”, objetivando a abertura da primeira turma de mestrado e apoio à estruturação da Escola Nacional de Saúde Pública de Angola.
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola”	09/07/2007	a) apoio à organização e implementação do curso de Mestrado em Saúde Pública em Angola para formar profissionais que atuarão no ensino, investigação e cooperação técnica na Escola de Saúde Pública de Angola; b) apoio à estruturação de uma rede de bibliotecas em saúde em Angola; c) apoio à reestruturação das Escolas Técnicas de Saúde de Angola; e d) apoio ao fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde Pública de Angola.
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do “Projeto Piloto em Doença Falciforme”	23/06/2010	a) capacitar profissionais de saúde de Angola em tratamento básico, diagnóstico laboratorial e por imagem da doença falciforme, triagem neonatal e restauração de lesões ósseas; e b) implantar o sistema de cadastro de pacientes.

Fonte: sistematização de informações contidas no site do Ministério de Relações Exteriores. Departamento de Atos Internacionais - DAI (Brasil 2015b)

Vemos que novamente o aspecto principal dos acordos é a formação, todavia, na área de saúde há duas iniciativas de intervenção na pós graduação, ou seja, apoio para a abertura da primeira turma de mestrado e apoio à estruturação da Escola Nacional de Saúde Pública de Angola. Ressaltamos que também há um acordo que aborda a capacitação de profissionais na intervenção em situações de

Andréa Pires Rocha; José Francisco dos Santos

doença falciforme, triagem neonatal e restauração de lesões ósseas, as quais dependem da atuação conjunta com políticas de SAN.

Com relação aos acordos da temática de Sanidade Vegetal e Animal, também observamos que o mote principal é a formação e capacitação profissional a partir da transferência de tecnologia e capacitação de recursos humanos. Já o segundo acordo está vinculado a SAN de maneira mais direta, pois aborda ações de capacitação de inspeção fitossanitária, o que é essencial para o controle do uso de agrotóxicos, os quais são prejudiciais para a saúde humana.

Quadro 04. Sanidade Vegetal e Animal

TÍTULO DO ACORDO	DATA	OBJETIVO
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola”	03/11/2003	cujo objetivo é contribuir para a inovação tecnológica das atividades de produção agropecuária, por meio da transferência de tecnologia e da capacitação de recursos humanos.
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária”	23/06/2010	a) realizar cursos para técnicos de órgãos governamentais angolanos em sanidade vegetal, com vistas à elaboração e implementação do modelo do Serviço de Sanidade Vegetal adequado à estrutura política angolana; e b) realizar capacitação de técnicos de órgãos governamentais angolanos em metodologias de inspeção fitossanitária.

Fonte: sistematização de informações contidas no site do Ministério de Relações Exteriores. Departamento de Atos Internacionais - DAI (Brasil 2015b)

Quadro 05. Meio Ambiente

TÍTULO DO ACORDO	DATA	OBJETIVO
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola”	03/11/2003 (Não vigente)	capacitar multiplicadores angolanos para as questões inerentes à educação ambiental e apoiar a elaboração do Programa Nacional de Educação Ambiental de Angola, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, equidade social e conservação ambiental por meio do fortalecimento do processo de educação ambiental.
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do	26/05/2006	a) capacitar multiplicadores angolanos para as questões inerentes à educação ambiental, e b) apoiar a elaboração do Programa Nacional

Projeto “Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola”	de Educação Ambiental de Angola, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, equidade social e conservação ambiental por meio do fortalecimento do processo de educação ambiental.
--	---

Fonte: sistematização de informações contidas no site do Ministério de Relações Exteriores. Departamento de Atos Internacionais - DAI (Brasil 2015b)

Os acordos da área de meio ambiente são idênticos, talvez isso explique porque apenas um deles está em vigência. O projeto se situa no âmbito da educação ambiental objetivando a capacitação de multiplicadores angolanos, como também aborda o essencial apoio no que diz respeito a elaboração do Programa Nacional de Educação Ambiental de Angola.

Em nossa pesquisa também encontramos notícias sobre o acordo tripartido firmando entre a FAO, Angola e Brasil em 2014, que tem como objetivo o trabalho conjunto visando reforçar a segurança alimentar em Angola,

Sob um novo acordo de cooperação Sul-Sul, os pesquisadores angolanos vão receber assistência técnica e formação de curto prazo por parte da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que desempenhou um papel fundamental no programa nacional de sucesso no Brasil que reduziu a fome de forma dramática. [...] Facilitado pela FAO, o projeto de dois anos será cofinanciado por Angola e pelo Brasil, com Angola a cobrir 2,2 milhões dólares de custos de financiamento e o Brasil a prestar uma contribuição em espécie de 875 mil dólares com o trabalho de especialistas EMBRAPA. O projeto irá desenvolver uma estratégia nacional para a inovação agrícola, além da formação de 60 pesquisadores do Instituto de Investigação Agrária de Angola e de 45 do Instituto de Investigação Veterinária. (FAO 2014b)

Observamos que há uma grande expectativa em torno deste acordo de cooperação e esperamos que ele possa alcançar objetivos concretos rumo ao combate a fome em Angola.

O levantamento destas informações nos levam a entender que a principal forma de cooperação do Brasil com Angola se materializa em ações de formação/educação. Inferimos que o país tende a multiplicar seus conhecimentos nas referidas áreas, acreditando que desta forma poderá colaborar para os avanços de Angola, inclusive no que diz respeito a garantia do direito à alimentação adequada e a SAN.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como podemos observar, as relações entre Brasil e Angola se situam em um importante contexto histórico, do qual, não podemos deixar de mencionar a questão do vínculo com Portugal. Analisamos que o fato do Brasil ter conseguido sua independência, já no século XIX, foi elemento importante para que o país pudesse se constituir como Estado Nação. O que não retira as contradições políticas, sociais e econômicas do país, que mesmo estando em processo de desenvolvimento, há uma

imensa disparidade social e vivenciam inúmeros fenômenos próprios do modo de produção capitalista, dentre eles a insegurança alimentar e a violação do SAN. Mesmo assim, como podemos ver no texto, nos últimos anos o Brasil tem empreendido ações, que buscam, pelo menos, combater a fome a pobreza. Neste sentido, acabou tornando-se modelo para outros países que igualmente estão em situação de desenvolvimento.

Por outro lado, Angola, que sofreu com a exploração e domínio do colonialismo português até o século XX, conquistando sua liberdade apenas na década de 1970, vivenciando uma guerra civil longa e desastrosa até o ano de 2002. Neste sentido vemos que a conjuntura política e econômica do país prejudicou o fortalecimento do país como Estado Nação e, pior que isso, possibilitou que a população do país sofresse violações de direitos humanos de diversas naturezas, dentre elas, a insegurança alimentar. Os dados que apresentamos comprovam que o país está caminhando rumo às metas de combate a insegurança alimentar estabelecidas internacionalmente, porém a fome ainda é uma realidade.

Neste contexto, abordamos a importância de algumas iniciativas de acordos entre Brasil e Angola, na qual verificamos que o Brasil tem tentado apoiar o país principalmente no campo da capacitação profissional e multiplicação de tecnologias e metodologias. Os acordos que levantamos comprovam a colaboração no âmbito da SAN de maneira direta e indireta. Até agora, apenas levantamos esses acordos, o que caberia, futuramente analisa-los no que diz respeito a real efetividade e os resultados obtidos. Questão que deixamos como sugestão para pesquisadores da área.

Novamente reforçamos a importância de se buscar vias de garantia de SAN e DAA no Brasil, em Angola e em qualquer parte do mundo, pois é inaceitável que a ciência e a tecnologia avancem de maneira incontrolável, enquanto ainda existem pessoas passando fome no mundo. Acreditamos piamente que alimento não é mercadoria. Portanto, faz-se necessário a reconstrução da lógica alimentar que domina o modo de produção capitalista, somente assim a fome poderá diminuir.

REFERÊNCIAS

Alencastro LF 2000. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. Companhia das Letras, São Paulo.

Barboza MG 2007. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 3ª edição. Francisco Alves, Rio de Janeiro.

Brasil 2006. *Lei. N. 11.346, de 15 de Setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Brasil 2015a. *Cúpula América do Sul–África (ASA)*. Ministério das Relações Exteriores. Mecanismos Inter-regionais. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674:cupula-america-do-sul-africa-asa&catid=171&lang=pt-BR&Itemid=436. Acesso em 20/06/2015.

Brasil 2015b. *Divisão de Atos Internacionais (DAI)*. Ministério das Relações Exteriores Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/apresentacao/quem-somos>. Acesso em 25/06/2015.

Brasil 2015c. *Estudo Técnico n.º 05/2015 Resenha do Relatório Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015 (SOFI)*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/103.pdf. Acesso: 20/06/2015

Carvalho A 2015. Agricultura Familiar, Nutrição e Segurança Alimentar nos Países em Desenvolvimento. In: Marcelino H, Moragado MLS. *Contribuição da cooperação brasileira na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação em África – o caso de Angola*. Textos para Discussão. CERESAN; CPDA; MNS; OXFAM, Rio de Janeiro.

Castro J 1980. *Geografia da fome*. 10 ed. Circulo do Livro, São Paulo.

Castro J 1984. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Edições Antares , Rio de Janeiro.

CPLP. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-2763.aspx>. Acesso em: 20/06/2015

FAO 2014. *O Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

FAO 2015. *Angola, Brasil e FAO assinam acordo de Cooperação Sul-Sul. 24/01/2014*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/pt/item/212953/icode/>. Acesso em: 20/06/2015

FAO 2015. *The State of Food Insecurity in the World*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

Glass V 2011. Agricultura em Família. *Revista Desafios do Desenvolvimento* 8(66). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 15/05/2015.

Henriques IC 1997. *Percurso da Modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Tradução Margarido A. Lisboa.

Henriques IC 2004. *Os pilares da diferença relações século XV-XX*. Caleidoscópio, Lisboa.

La Via Campesina 2013. *Plataforma de la Vía Campesina para combatir el hambre y la pobreza en el mundo rural*. Movimiento Campesino Internacional. VI Conferencia Internacional. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/6-yakarta-2013/declaracion-y-mociones/1795-plataforma-de-la-via-campesina-para-combatir-el-hambre-y-la-pobreza-en-el-mundo-rural>. Acesso: 22/05/2015

La Via Campesina 2015. *LA VIA CAMPESINA en Milán se une a la Expo campesina*. Movimiento Campesino Internacional. Soberanía alimentaria y comercio. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/2407-la-via-campesina-en-milan-se-une-a-la-expo-campesina>. Acesso: 22/05/2015

Leão M (org) 2013. *O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional*. ABRANDH, Brasília.

Lima SC, Magalhães R, Fonseca LE, Carvalho A (orgs) 2012. *Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Desafios e Perspectivas*. CPLP, Rio de Janeiro.

Marcelino H, Moragado MLS 2015. *Contribuição da cooperação brasileira na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação em África – o caso de Angola*. Textos para Discussão. Rio de Janeiro: CERESAN; CPDA; MNS; OXFAM, Fevereiro, 2015.

Menezes F 2010. *A alimentação deve ser considerada um direito humano*. Entrevista concedida para Ramos E da Agencia IBASE. Disponível em: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com/2010/06/05/a-alimentacao-deve-ser-considerada-um-direito-humano-entrevista-com-chico-menezes/>. Acesso em: 05/02/2014

Pacheco ME 2013. Comida é patrimônio, e não mercadoria. Entrevista concedida a Gilka Resende. *Jornal Brasil de Fato*. 11(7).

Prado Junior C 2000. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Brasiliense, São Paulo.

Rocha AP 2014. *Realidade Social e Direitos Humanos*. Material de Apoio da Especialização em Gestão Pública. Módulo Direitos Humanos. UEPG, Ponta Grossa.

Rodrigues JH. *Brasil e África outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

RTP Notícias 2014. *Angola entre os três países com pior alimentação*. Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=709824&tm=7&layout=121&visual=49>. Acesso em: 08/11/2014

Santos JF 2010. *Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um Amplo Movimento”: Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Santos JF 2015. *Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria*. Tese de Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP. São Paulo.

Saraiva JF 1996. *O lugar da África: A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias)*. UNB, Brasília.

Visentini PGF 2012. *As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. EDUNESP, São Paulo.

Notes on Cooperation Between Brazil - Angola Regarding Food Security and Nutrition

ABSTRACT

This article discusses the issue of combating hunger in Brazil and Angola, addressing aspects of cooperation between the two countries as regards the assurance of the Human Right to Adequate Food and Food and Nutrition Security. We conducted desk research reports from international organizations and agencies as well as in official agreements present in the Foreign Ministry website. The discussion is divided into four parts, which involve the historical review of the relationship Brazil - Angola in the political and economic sense; phenomenon of food insecurity in the two countries; the direct link between the choice of a model of agriculture and the guarantee of SAN; presentation of specific initiatives for cooperation between Brazil and Angola. Finally denounced the problem of persistence of the phenomenon of hunger and the urgent need for understanding of the right nutrition as a human right.

Keywords: Brazil; Angola; Food and Nutrition Security; Human Right to Adequate Food; international cooperation.